

### 3 Cristo, sacramento original

#### 3.1 Introdução

Toda teologia sacramental cristã parte da pessoa de Jesus Cristo. Ele é o sacramento primordial da salvação, o sacramento de Deus por excelência<sup>84</sup>: “Quem me vê, vê o Pai”<sup>85</sup>. Este versículo constitui um dos textos chaves para a compreensão da sacramentalidade de Cristo. Em Jesus está a pessoa de Deus humanizada. Nele, Deus se tornou conhecido e acessível aos homens. Cristo é o rosto de Pai no sentido que nos revela a pessoa, os desejos e os planos de Deus. Seus atos, sua vida são a manifestação do amor divino pelos homens, sinais e causa de salvação.

Pelo mistério da encarnação, o Filho de Deus tornou-se verdadeiramente homem e no encontro com ele temos um encontro pessoal com o Deus vivo, pois aquele homem é, pessoalmente, o Filho de Deus. “O encontro humano com Jesus, é, pois, o sacramento de encontro com Deus”<sup>86</sup>.

Cristo é, por sua encarnação, o *sacramento original*, o sinal realizador, o símbolo real por excelência, a corporificação de Deus para dentro de nosso mundo. É sinal no sentido de que é a palavra que não apenas fala de Deus, mas é o próprio Deus atuante na História<sup>87</sup>.

Sua vida terrena é a mais concreta manifestação da bondade divina. Acolheu os pecadores, deu paz aos aflitos e anunciou, por seus próprios atos, o amor e a solidariedade como os sinais mais importantes da presença do Reino de Deus entre nós. Revelou-nos, por seu exemplo, que a autêntica vivência cristã se encontra na doação integral de uns aos outros.

Sua entrega até a morte se tornou o sinal mais concreto do seu amor pela humanidade. Sua ressurreição e glorificação, sinais de esperança, protótipo daquilo que há de se manifestar em todo ser humano na plenitude dos tempos.

---

<sup>84</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 20.

<sup>85</sup> Jo 14,9

<sup>86</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p.47.

<sup>87</sup> Cf. SCHNEIDER, T. (org). *Manual de dogmática*. Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 199.

Enquanto aguardamos a realização plena e definitiva da promessa, a Igreja se manifesta como grande referencial, sinal perpetuador da salvação, despertando, nutrindo e sustentando a esperança da vida futura na vida dos seus membros.

A conseqüência disso é que todo sacramento deve ser posto em relação a Cristo e vivido a partir da sua sacramentalidade, pois só têm sentido em relação a ele. Cristo é o sacramento original do qual provém todos os outros.

Neste segundo capítulo queremos apresentar em que sentido a encarnação e a vida de Cristo constituem o fundamento e o sentido da sacramentalidade eclesial e qual a relação da Igreja com o mistério de Cristo. Trata-se de um capítulo de característica cristológica, fundamental para a compreensão da sacramentalidade cristã.

### 3.2

#### **A Encarnação como fundamento da sacramentalidade cristã**

Jesus é o homem que inteiramente e sem reserva entrou em união com Deus e com o próximo e a eles se entregou. Toda a sua existência, vida, morte e ressurreição é um grande gesto de reconciliação<sup>88</sup>. Sua paciência e bondade com os pecadores são sinais da graça divina que procura os perdidos e os salva da morte da sua culpa. Seus atos e sua vida são uma manifestação do amor divino pelos homens e do amor humano para com Deus<sup>89</sup>. Desse modo, Jesus aparece como o grande sacramento, sinal do amor salvífico de Deus inserido na humanidade, ação divina para todos os homens e entre eles<sup>90</sup>.

Jesus é sacramento pela sua atuação, pela sua verdade ética, pela totalidade da sua ação messiânica e salvadora. Sua vida é uma verdadeira missão junto dos homens: dedica-se ao próximo, ouve suas misérias, dúvidas e anseios; cura os doentes, perdoa os pecadores, reconduz os perdidos<sup>91</sup>. Ao fazer-se servo<sup>92</sup> e membro dos exilados torna-se a manifestação e a revelação do próprio coração de Deus, de tal forma que em Jesus podemos ver o próprio “rosto” misericordioso do Pai: “Quem me vê, vê o Pai”<sup>93</sup>. Por sua vida revela a intimidade e a profundidade

<sup>88</sup> Cf. BARAÚNA, G., op. cit., p. 411.

<sup>89</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 23.

<sup>90</sup> Cf. BARAÚNA, G., op. cit., p. 412.

<sup>91</sup> Cf. Ibid., p. 411.

<sup>92</sup> Cf. Fl 2,6-11.

<sup>93</sup> Jo 14, 9.

de Deus aos homens: “Ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar”<sup>94</sup>. Através de seus atos o mistério da encarnação vai se esclarecendo e se manifestando e a sacramentalidade “ontológica” de Cristo surge como sacramentalidade ética<sup>95</sup>.

Demonstra através do seu comportamento e da sua pregação uma abertura radical a seus contemporâneos, sem distinções e reservas, sem discriminações ou diferenças. Por isso mesmo atropelou, freqüentes vezes, costumes respeitados, convenções sociais e tradições marginalizantes. Desse modo, teve trato com todos os grupos sociais de seu tempo: doentes, leprosos, pecadores, publicanos, saduceus, zelotas, samaritanos, sem excluir pessoa alguma. E ainda foi mais além ao dar preferência aos que na época eram considerados os mais afastados do Reino de Deus, como os pobres e os pecadores. Os pobres por desconhecer a lei, não a praticavam e, portanto, não tinham chance alguma diante de Deus. Os pecadores, por terem pecado e, estariam assim, condenados<sup>96</sup>.

O fundamento da sua conduta era a experiência que tinha de Deus como alguém que o amava infinitamente, que o aceitava totalmente e que fundamentava sua resposta incondicionada. Toda sua vida girava em torno do Pai, que ocupou sempre o centro da sua vida e pregação. Vivia em obediência e entrega ao Pai o completo despojamento de si. Neste sentido, era alguém sempre voltado ao outro, mesmo que isso significasse prejuízo, sofrimento, incompreensão, conflito e ameaça<sup>97</sup>.

É sacramento por seus atos privilegiados, isto é, pelos atos nos quais se manifesta de forma especial o seu poder salvador, a presença maravilhosa de Deus nele: “Pois bem, para que saibais que o Filho do homem tem poder na terra de perdoar pecados... disse então ao paralítico: levanta-te, toma teu leito e vai para casa”<sup>98</sup>. Essas ações, embora realizadas em forma humana são, por sua natureza, ações de Deus, como podem ser os milagres, o perdão dos pecados, o oferecer o seu corpo como comida e o seu sangue como bebida e, sobretudo, a sua morte, ressurreição e glorificação: mistério pascal, a partir do qual toda as demais coisas assumem sentido e valor. Por esses atos, Jesus revela a obediência ao Pai e o amor

---

<sup>94</sup> Mt 11,27

<sup>95</sup> Cf. BOROBIO, D., op. cit., p. 300.

<sup>96</sup> Cf. MIRANDA, M. F. *A salvação em Jesus Cristo: A doutrina da graça*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 71.

<sup>97</sup> Cf. Ibid. p. 72-73.

<sup>98</sup> Mt 9,6

aos homens, glorifica ao Pai e santifica os homens. “São os atos mais perfeitos de um novo culto”<sup>99</sup>.

Por sua morte ensinou-nos o que é o abandono de si e a obediência ao Pai; Pelo sofrimento associou-se a nós e fez da solidão uma das experiências mais ricas de comunhão com Deus e com os irmãos. Pela paixão se tornou a oblação perfeita, uma oferenda viva em prol da humanidade. Por sua ressurreição se tornou a ponte que nos permite voltar a Deus, bem como participar da vida eterna.

Assim, o homem Jesus, manifestação terrestre e pessoal da graça redentora divina, é o sacramento primordial, pois este homem, filho de Deus, é querido pelo Pai como o único acesso à realidade da salvação. Pois há um só Deus e, também, um só mediador entre Deus e os homens, que é o homem Jesus Cristo<sup>100</sup>. Quem encontra esse homem, quem se entrega a ele, quem constrói sua vida sobre ele e se deixa assumir por ele, este encontra a força redentora de Deus e é salvo por ele.

A vontade de Deus teve em Cristo sua real presença histórica no mundo. Cristo é o sinal da vontade salvadora e da misericórdia divina. É ao mesmo tempo a realidade da graça tornada perceptível na história. A encarnação se tornou o grande evento salvador pelo qual Deus alcançou a humanidade de maneira historicamente sensível<sup>101</sup>.

Uma das afirmações mais profundas e anunciadoras da missão de Cristo junto a nós está no Evangelho de João: “Deus amou tanto o mundo que enviou o seu Filho único para que todo o que nele crer não morra, mas tenha vida eterna”<sup>102</sup>. Deus amou-nos, é a primeira afirmação do texto. E amou-nos para que fôssemos salvos, em seu Filho. A finalidade concreta da encarnação do Filho de Deus é a salvação do gênero humano, que em outros termos denominamos “redenção”. Tal redenção consiste em libertar o homem do pecado e levá-lo a uma comunhão de graça e de amor para com Deus. O amor humano de Jesus é a própria manifestação do amor divino pela humanidade. A vivência desse amor faz dos seres humanos imagens semelhantes a Deus. Por este amor Cristo os diviniza.<sup>103</sup>

<sup>99</sup> Cf. BOROBIO, D., op. cit., p. 300.

<sup>100</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 22.

<sup>101</sup> Cf. BARAÚNA, G., op. cit., p. 412.

<sup>102</sup> Cf. Jo 3,16

<sup>103</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 23.

Mas não somente isso. Numa perspectiva ascendente, Cristo faz da sua vida um verdadeiro culto de adoração ao Pai, uma oblação perfeita. Não apenas revela a salvação de Deus, mas se faz, ele mesmo, o adorador supremo do Pai, a realização suma e perfeita de toda religião. Mostrou-nos por sua vida o que é um homem inteiramente entregue a Deus<sup>104</sup>.

Se considerarmos que a humanidade de Jesus é representativa de todos nós, torna-se claro que o movimento de baixo para cima é um movimento que parte de toda a humanidade e vai a Deus, através da humanidade representativa de Jesus. Nele encontramos o protótipo realizador supremo e perfeito da resposta de amor com que a humanidade deve corresponder ao projeto do Pai. Por seu oferecimento em nosso nome e em nosso lugar, o homem Jesus se torna pessoalmente fonte e norma de todo encontro e diálogo com Deus<sup>105</sup>. Neste contexto adquirem particular importância os eventos da vida de Jesus.

A páscoa é o mistério da submissão plenamente amorosa de Jesus ao Pai, até a morte, a fidelidade do encarnado ao Pai; é ao mesmo tempo o mistério da resposta divina a esse dom de amor. A misericórdia de Deus sobre esse sacrifício é a anulação do pecado pela ressurreição.

Embora na ordem cronológica tenha ocorrido primeiro, na ordem da fé, o mistério da Encarnação não foi a primeira verdade contemplada pelos apóstolos; a primeira foi a ressurreição. No entanto, foi somente a partir deste primeiro olhar, de característica ascendente<sup>106</sup>, que se chegou a entrever a divindade de Jesus na sua humanidade<sup>107</sup>.

Nos textos bíblicos, a encarnação aparece já nas primeiras páginas dos evangelhos como o sinal por excelência do Novo Testamento: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós; e nós vimos sua glória”<sup>108</sup>. Cristo entra na história humana como um “sinal-sacramento”: “Quando, porém, chegou a plenitude dos tempos, enviou Deus o seu Filho, nascido de uma mulher, nascido sob a lei, para

<sup>104</sup> Cf. *Ibid.*, p. 24.

<sup>105</sup> Cf. *Ibid.*, p. 25.

<sup>106</sup> Cf. At 2,22-36; 4,10ss; 13,16-41; Rm 1,2ss; Fl 2, 6,11

<sup>107</sup> A reflexão sobre a encarnação do Cristo deu margem para vários debates e heresias. De um lado os que acentuavam a divindade em detrimento da humanidade de Cristo (docetismo, apolinarismo, monofisismo monotelismo), do outro os que acentuavam sua humanidade (adocianismo e nestorianismo) em detrimento da sua divindade. Para aprofundamento deste assunto ver SERENTHÁ, M. *Jesus Cristo ,ontem, hoje e sempre*. Ensaio de Cristologia. São Paulo: Dom Bosco, 1986.

<sup>108</sup> Jo 1,14

remir os que estavam sob a lei”<sup>109</sup>. A encarnação é entendida como o cumprimento de uma presença prometida: “Tomar-vos-ei por meu povo, e serei o vosso Deus”<sup>110</sup>; a concretização de uma resposta fiel esperada desde o Antigo Testamento (esperança messiânica): “Muitas vezes e de modos diversos, falou Deus, outrora, aos Pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos falou-nos por meio do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, e pelo qual fez os séculos. É ele o resplendor de sua glória e a expressão do seu ser”<sup>111</sup>.

O Mistério salvífico de Deus, que se revela no fato histórico da Encarnação, consiste em que “Deus não poupou o seu próprio Filho, mas o entregou por todos nós”<sup>112</sup>. E o Filho, em seu amor e na força da obediência total ao Pai<sup>113</sup>, pode de tal modo esvaziar-se de si mesmo, que por nós e em nosso lugar se fez homem como nós<sup>114</sup>; privando-se de sua glória divina e assumindo a existência de pecado<sup>115</sup> se entregou a mais extrema humilhação, sofrendo uma morte vergonhosa<sup>116</sup>, destinada a ladrões e pessoas perigosas para a sociedade da época.

“Somente quando se considera este fim da existência humana do Filho de Deus é que se pode calcular qual o mistério que operava em Deus, no início, no ‘momento’ em que o Filho era enviado para dentro da história, a fim de assumir, pessoal e definitivamente, tal ‘ser homem’”. Somente nesta perspectiva a *katábasis*<sup>117</sup> do Filho de Deus assume verdadeiro sentido<sup>118</sup>. A Encarnação de Cristo, o mistério de sua entrada na existência humana, constitui o início do seu rebaixamento e humilhação para a nossa salvação<sup>119</sup>.

Segundo as Escrituras, a história da salvação tem o seu ponto culminante e significado supremo em Jesus Cristo. Nele todos nós recebemos “graça sobre graça”<sup>120</sup> e também nele somos reconciliados com o Pai<sup>121</sup>.

<sup>109</sup> Gl 4, 4-5; O Novo Testamento nos mostra Cristo como um só indivíduo (Jo 2,19; 3,13; 1,5; 1Cor 2,8; At 3,15; 20,28; Jo 1,14; Fl 2,6). Fala-se de um só Cristo, de sua igualdade com o Pai e de sua igualdade conosco (1Jo 1,2; Rm 1,3; 8,3.32; 1Tm 2,5; Cl 2,9).

<sup>110</sup> Ex 6-7; Jr 7,23

<sup>111</sup> Hb 1, 1-3; Cf. BOROBIO, D., op.cit., p. 297.

<sup>112</sup> Rm 8,32

<sup>113</sup> Cf. Jo 5,19

<sup>114</sup> Cf. Fl 2, 6ss.

<sup>115</sup> Cf. Rm 8,3; Hb 12, 2

<sup>116</sup> Cf. Mt 27,46

<sup>117</sup> Palavra de origem grega. Significa o *movimento de descida* que Deus fez ao assumir a nossa humanidade, seu rebaixamento humilhação para a nossa salvação (Fl 2,1ss).

<sup>118</sup> Cf. FEINER, J; LOEHER, M. *Mysterium Salutis*: Compêndio de dogmática histórico-salvífica. Vol.III/5: O evento Cristo. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 33.

<sup>119</sup> Cf. Ibid., p. 33.

<sup>120</sup> Jo 1, 16

Trata-se de um evento situado num instante exato do tempo, onde o Verbo de Deus, em obediência à vontade do Pai, assumiu a carne do pecado e entrou na história, na existência humana. “O momento preciso deste acontecimento é como que o ponto de junção por um lado, entre a eternidade divina na qual o Filho sempre esteve junto do Pai, mas também já estava no mundo que ele criara e, por outro lado, o tempo da história da humanidade”<sup>122</sup>.

Todavia, a encarnação do Filho de Deus não deve ser entendida como um momento isolado ocorrido na história, tal como um fato acontecido que logo cessou, mas uma condição permanente da existência de Cristo, que não se desfaz: toda a vida de Jesus Cristo é o mistério da encarnação, uma realidade permanente do seu ser humano e divino. A união hipostática<sup>123</sup>, que começou no momento da concepção virginal de Jesus no seio da Virgem Maria é indissolúvel. Esta é a sua característica mais importante<sup>124</sup>. Uma realidade permanente que nem mesmo a morte suprimiu. A divindade que constituía a pessoa de Jesus estava unida não só à alma, mas igualmente ao corpo<sup>125</sup>.

A Encarnação do Filho de Deus é uma realidade que vai se desenvolvendo paulatinamente na história humana. Não é somente a concepção no seio de sua mãe, mas uma realidade que foi crescendo através de toda a sua vida e que atingiu o seu ponto culminante no evento da sua morte, ressurreição e glorificação. A Encarnação não é apenas o evento do Natal, mas todo o conjunto da vida morte e glorificação do Senhor<sup>126</sup>. Trata-se de toda a vida de Cristo, começando no seio materno, continuando através de dos seus atos e culminando na morte, ressurreição e constituição como Senhor e aquele que, juntamente com o Pai, envia o Espírito Santo.

Pela encarnação Cristo se fez pecado para nos libertar do pecado. Assumiu as nossas transgressões para nos reconduzir a uma vida de comunhão com Deus. Viveu a dor e o abandono na obediência ao Pai para nos mostrar que só em Deus podemos encontrar sentido para os sofrimentos da vida.

<sup>121</sup> Cf. Rm 5, 10; 2 Cor 5, 18; INCARNATIONIS MYSTERIUM. Bula de proclamação do grande jubileu do ano 2000. In <http://www.vatican.va>

<sup>122</sup> Cf. FEINER, J.; LOEHER, M., *Mysterium Salutis*. III/5, op. cit., p. 29.

<sup>123</sup> Com a expressão “hipóstase” ou “união hipostática” quer-se acentuar que a presença divina em Jesus não é algo exterior a ele, mas é a base do seu ser, a raiz do existir humano de Cristo. O homem Jesus e o divino Verbo são um só ente, uma só hipóstase, uma só pessoa.

<sup>124</sup> Cf. Sl 110, 4; Hb 7,24-25; 13,8

<sup>125</sup> Cf. GOMES, C.F., op. cit., p. 307.

<sup>126</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 25.

*No núcleo humano de sua experiência pessoal, Cristo é realmente aquele que carregou nossos pecados. E é assim que ele se encontra diante do Pai. “Todos pecaram e se privaram da glória de Deus” (Rm 3,23), ou melhor, não possuem o Espírito de Deus, Na manifestação humana de Jesus sobre a terra, a “glória de Deus” está ausente. Jesus podia, pois, pedir com insistência ao Pai, imediatamente antes de sua morte: “Pai, agora, glorifica o teu filho”, isto é, “dá tua glória a este homem Jesus”. Durante a vida terrestre de Jesus, diz são João, “não havia ainda Espírito, pois Cristo ainda não havia sido glorificado”<sup>127</sup>.*

Outro elemento importante é que a humanidade de Cristo não foi um acidente na história da redenção cristã, mas um fato querido e estabelecido por Deus desde toda eternidade<sup>128</sup>, parte do seu plano para a salvação do gênero humano, bem como do messianismo de Cristo<sup>129</sup>. Jesus é a própria manifestação da Graça corporificada, o amor de Deus no plano da visibilidade histórica<sup>130</sup>.

Toda relação do Cristo com a humanidade se realiza por meio da sua corporeidade. O “eu divino” quis viver não só no amor e no intelecto divinos, mas quis ter também como seus o intelecto e a vontade humanos, o sentir e até o morrer humano<sup>131</sup>. O encontro humano de Deus com a humanidade se realiza pela e na presença visível do corpo<sup>132</sup>.

A definição dogmática de Calcedônia<sup>133</sup>, segundo a qual Cristo é uma única pessoa em duas naturezas, significa que uma só e mesma pessoa, o Filho de Deus, resolveu manifestar-se sob a forma humana. Cristo é o Filho de Deus até em sua humanidade. A segunda pessoa da Santíssima Trindade é pessoalmente Deus. Em outras palavras, Cristo é Deus de uma maneira humana.

*[Confessamos] um só e mesmo Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, que deve ser reconhecido em duas naturezas, sem confusão e sem transformação, sem divisão e sem separação; a diferença ente naturezas não fica absolutamente suprimida pela união entre as duas, mas ao contrário, as propriedades de cada uma das naturezas permanecem intactas, e unem-se numa só pessoa [prósopon] ou hipóstase; (confessamos) não (um filho) dividido ou distinto em duas pessoas, mas um só e mesmo filho, unigênito, Deus, Verbo, Senhor, Jesus Cristo, como os profetas já*

<sup>127</sup> Cf. Ibid., p. 33.

<sup>128</sup> Cf. Ef 1,4; 1Cor 2,7; 2Cor 1,20; Col 1,25s; 1Pd 1,20.

<sup>129</sup> Cf. Mc 1,15; Ef 1,10.

<sup>130</sup> Cf. FEINER, J.; LOEHER, M., *Mysterium salutis*. III, 5, op. cit., p. 30.

<sup>131</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 21.

<sup>132</sup> Cf. Ibid., p. 22.

<sup>133</sup> O Concílio de Calcedônia se desenrolou entre 08 e 31 de outubro de 451, na Basílica de Santa Eufêmia e se debruçou sobre a questão das naturezas de Cristo e a unidade da sua pessoa.

*disseram dele, como o próprio Senhor Jesus Cristo, ensinou, e como o símbolo dos santos Padres nos transmitiu* <sup>134</sup>.

Antes, o Concílio de Éfeso (431) já havia definido que só existe uma única pessoa em Jesus Cristo. Segundo o mesmo Concílio, é na pessoa do Filho que se unem o divino e o humano e a diferença entre as duas naturezas jamais foi suprimida ou afetada por essa união <sup>135</sup>. Sua intenção era a de resguardar a verdade da humanidade do Verbo de Deus, concretizada na pessoa de Jesus Cristo <sup>136</sup>.

*Pois não dizemos que a natureza do Verbo, transformada, se fez carne; nem tampouco que se mudou no homem inteiro, composto de alma e corpo; mas que, tendo unido consigo o Verbo, segundo a hipóstase ou pessoa, a carne animada de alma racional, se fez homem de modo inefável e incompreensível, e foi chamado filho do homem, não somente pela vontade ou complacência, nem tampouco pela assunção somente da pessoa, e que as naturezas que se juntam em verdadeira unidade são distintas, mas que de ambas resulta um só e mesmo Cristo e Filho; não como se a diferença das naturezas se destrísse pela união, mas porque a divindade e a humanidade constituem, antes, para nós um só Senhor e Cristo e Filho, pela concorrência inefável e misteriosa na unidade... Porque não nasceu primeiramente um homem vulgar, da santa Virgem, e logo então desceu sobre ele o Verbo; mas que, unido desde o seio materno, se diz que se submeteu a nascimento carnal, como quem faz seu nascimento da própria carne... Desta maneira [os santos padres] não consideraram inconveniente chamar mãe de Deus à santa Virgem* <sup>137</sup>.

Também o Concílio de Nicéia, realizado em 325, esclareceu, a propósito de um suposto subordinacionismo do Filho em relação ao Pai, que o Filho de Deus possui a mesma substância divina do Pai, e que por esse motivo possui a mesma dignidade. À luz dos Concílios e reflexões posteriores, podemos afirmar que essa dignidade e consubstancialidade do Filho em relação ao Pai, definida pelo Concílio de Nicéia, perpassa a pessoa do Cristo também na sua humanidade.

Num outro contexto e de modo atualizado essa visão se repete também nos documentos do Concílio Vaticano II e subseqüentes. Sem a preocupação de defender-se de acusações e heresias, como no contexto dos documentos anteriormente citados, a Igreja reafirma a sua fé na humanidade de Cristo e

<sup>134</sup> Definição do Concílio de Calcedônia em DS 302: DENZINGER, H. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2007.

<sup>135</sup> Cf. RUBIO, A. G. *O encontro com Jesus Cristo vivo: um ensaio de cristologia para os nossos dias*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 168-169.

<sup>136</sup> Para aprofundamento ver SESBOUÉ, B. (org). *História dos dogmas: O Deus da salvação*. Tomo 1. São Paulo: Loyola, 2002, p.317-334.

<sup>137</sup> Definição do Concílio de Éfeso em DS 250, op. cit.

encontra nela fundamento para uma vida cristã mais autêntica, inserida na realidade do mundo, sem, no entanto, com ele equiparar-se.

*Imagem do Deus invisível (Col. 1,15), Ele é o homem perfeito, que restitui aos filhos de Adão a semelhança divina, deformada desde o primeiro pecado. Já que, nele, a natureza humana foi assumida, e não destruída, por isso mesmo também em nós foi ela elevada a sublime dignidade. Porque, pela sua encarnação, Ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem. Trabalhou com mãos humanas, pensou com uma inteligência humana, agiu com uma vontade humana, amou com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, tornou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, excepto no pecado. Cordeiro inocente, mereceu-nos a vida com a livre efusão do seu sangue; n 'Ele nos reconciliou Deus consigo e uns com os outros e nos arrancou da escravidão do demónio e do pecado. De maneira que cada um de nós pode dizer com o Apóstolo: o Filho de Deus «amou-me e entregou-se por mim» (Gl. 2,20). Sofrendo por nós, não só nos deu exemplo, para que sigamos os seus passos, mas também abriu um novo caminho, em que a vida e a morte são santificados e recebem um novo sentido*<sup>138</sup>.

Em Jesus Cristo temos verdadeiramente um homem, capaz de consciência e de livre arbítrio, um corpo animado de espírito. Seu amor é a forma humana do amor redentor de Deus<sup>139</sup>.

Se, portanto, o amor e todos os atos de Jesus possuem força divina de salvação, a manifestação dessa força inclui essencialmente um aspecto de visibilidade concreta dessa salvação: em outras palavras a sacramentalidade. O homem Jesus, manifestação terrestre e pessoal da graça redentora divina, é o sacramento primordial, é querido pelo Pai como único acesso à realidade da salvação<sup>140</sup>.

### **3.3 Cristo sacramento do Pai**

Com o evento da Páscoa iniciou-se uma reflexão explícita sobre a vida de Cristo. À medida que os primeiros cristãos aprofundavam sua fé, a Cristologia do Novo Testamento se desenvolvia. Partindo da ressurreição, começaram a se questionar sobre a vida histórica de Jesus de Nazaré. Afinal, o ressuscitado era o mesmo que caminhava com eles pregando o Reino de Deus. O que havia de

<sup>138</sup> CONSTITUIÇÃO PASTORAL GAUDIUM ET SPES, n. 22, em *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 563.

<sup>139</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 20.

<sup>140</sup> Cf. Ibid., p. 22.

especial naquele homem que mereceu tão grande “fim”? Quem era ele? Estas perguntas compõem o centro do *Kerygma*<sup>141</sup> primitivo.

O ápice dessa reflexão foi a conclusão de que o Cristo glorioso e ressuscitado, o mesmo que nasceu no meio de nós e morreu livremente para a nossa salvação, preexistia no mistério de Deus desde toda a eternidade. Começando pelo estado glorioso e a condição de ressuscitado, a identidade pessoal de Jesus e sua filiação divina foram gradativamente estudadas e desvendadas num processo retrospectivo, que, partindo dos mistérios de sua vida até o seu nascimento humano, chegaram à sua preexistência em Deus<sup>142</sup>.

A conseqüência foi que puderam ver em Jesus a face de Deus manifestada aos homens, o sinal revelador do Pai. Jesus de Nazaré é o Filho de Deus feito homem para a nossa salvação. O sacramento realizador das promessas divinas.

É sacramento, em primeiro lugar, pelo seu próprio ser, por sua própria verdade ontológica, por sua presença entre os homens como Filho de Deus: “O Verbo se fez carne”<sup>143</sup>. Não se trata de um homem qualquer, mas do próprio Deus feito homem entre os homens. O fato de Cristo ter assumido a natureza humana e de assim ter manifestado, corporal e visivelmente, a bondade de Deus faz dele um verdadeiro sacramento<sup>144</sup>.

“Através do homem - Jesus se chega a Deus e através do Deus - Jesus se chega ao homem. Nele, há perfeita adequação e harmonia entre o seu ser de Deus

---

<sup>141</sup> Palavra de origem grega, cujo significado pode ser traduzido por “anúncio”. Diz respeito à Boa nova do Reino pregada por Cristo, bem como os mistérios da nossa salvação, que são a paixão, morte e ressurreição do Senhor. Nas primeiras comunidades cristãs, diz respeito ao anúncio da salvação em Jesus Cristo, que tem como finalidade a conversão e adesão à fé por parte de quem recebe o anúncio.

As características da cristologia do *Kerygma* primitivo podem ser sintetizadas em poucas palavras deduzidas do sermão de Pedro no livro dos Atos dos Apóstolos, capítulo 2: trata-se de uma cristologia pascal, baseada na ressurreição e glorificação de Jesus pelo Pai. Sua exaltação é uma ação do Pai, sobre Jesus, em nosso favor, a que devemos responder com nosso arrependimento e conversão, concretamente simbolizados pela adesão ao batismo cristão.

O mistério pascal constitui o centro do Kerigma primitivo, acentuado na ressurreição de Jesus (1Cor 15, 3-7; Rm 1, 3-4; 1Tm 3,16; 1Ts 1, 10; Gl 1, 3-5; 3, 1-2). Cf. DUPUIS, J. *Introdução à Cristologia*. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>142</sup>Embora não haja unanimidade entre os exegetas, segundo Dupuis a primeira cristologia neotestamentária palestina desenvolvida foi a da “parusia” (*marana tha*), que unia a ressurreição de Jesus à sua vinda escatológica: aquele que devia voltar é o mesmo que ressurgiu glorioso, vencedor da morte. A cristologia do ressuscitado estava estreitamente ligada à esperança da sua volta futura. O “já” da ressurreição era a garantia do cumprimento da promessa do “ainda não” escatológico. “Jamais houve fé numa parusia de Jesus sem exaltação, como também nunca houve fé na exaltação pura e simplesmente. O que se esperava era a parusia daquele que fora alcançado até a divindade”. Cf. DUPUIS, J., op.cit., p. 79-80.

<sup>143</sup> Jo 1,14.

<sup>144</sup> Cf. BOROBIO, D., op. cit., p. 299.

e para Deus e o seu ser de homem para o homem”<sup>145</sup>. Por ser Deus, Cristo é capaz de revelar-nos fielmente os planos do Pai; por ser homem, pode representar-nos de modo perfeito diante de Deus. Estando perfeitamente com Deus, ele está perfeitamente com o homem e vice-versa. A fronteira humana de Deus e a fronteira divina do homem aparecem de modo maravilhoso na pessoa de Cristo, tornando possível o encontro radical. A partir do seu próprio ser, Cristo é o sacramento desse encontro<sup>146</sup>.

“Cristo é a imagem do Deus invisível”<sup>147</sup>. Como tal é o “Sacramento primordial e radical do Pai”<sup>148</sup>. Ao assumir a natureza humana Jesus torna-se homem como nós e vive, com liberdade, na sua humanidade, a vontade do Pai. Na sua vida está realizada a absoluta comunhão do homem com Deus. Em Jesus o ser humano atinge o ápice da comunhão com o seu criador<sup>149</sup>. Ele é o Sacramento original sobre quem está estabelecido todo pensar teológico-sacramental cristão e é o fundamento de toda e qualquer expressão sacramental eclesial<sup>150</sup>.

### 3.4

#### A morte de Cristo como sacramento de sua entrega

A morte de Cristo se revela como o ápice da sua vida sacramental entre os homens, sua entrega total ao Pai, em favor da humanidade. Toda a vida de Jesus foi uma existência para os outros<sup>151</sup>, fundada na doação constante aos pobres, pecadores e marginalizados. Doação incondicional que encontra na paixão e morte de cruz a expressão máxima da sua entrega: “Ele nos amou e se entregou a si mesmo por nós”<sup>152</sup>; “Cristo morreu por nossos pecados e ressuscitou para a nossa justificação”<sup>153</sup>; “Amou a Igreja e por isso entregou-se por ela”<sup>154</sup>.

A novidade trazida por Jesus incomodou demasiadamente os fariseus. Suas pregações e exemplos eram fortes demais para serem aceitas pacificamente pelos “doutores da fé”: Jesus se opunha às estruturas de comércio, dominação e

<sup>145</sup> Cf. *Ibid.*, p. 299.

<sup>146</sup> Cf. *Ibid.*, p. 300.

<sup>147</sup> Cl 1,15.

<sup>148</sup> Cf. PUEBLA, n. 921.

<sup>149</sup> Cf. BARAÚNA, G., *op. cit.*, p. 411.

<sup>150</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., *op. cit.*, p. 20; BARAÚNA, G., *op. cit.*, p. 410.

<sup>151</sup> Cf. FEINER, J.; LOEHER, M. *Mysterium Salutis: compendio de dogmática histórico salvífica*. Vol. III/6: O evento Cristo. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 57-62.

<sup>152</sup> Ef 5,2.

<sup>153</sup> 1Cor 15,3-4; Rm 4,25.

<sup>154</sup> Ef 5, 25; Cf. MIRANDA, M. F., *op. cit.*, p. 76.

manipulação da religião. Sua comunhão com as pessoas desprezadas e que transgrediam as prescrições relativas à pureza e ao sábado tiveram efeitos consideráveis. O escândalo decisivo provocado por Jesus residia na pretensão de agir em nome e no lugar de Deus. Mais ainda: Jesus não só se voltou em nome de Deus à pessoas excluídas, mas também negou que o limite entre justos e pecadores estabelecido pelos “guardiões da lei” fosse entendido como vontade de Deus<sup>155</sup>.

O conflito se agravou quando Jesus foi para Jerusalém e passou a lidar diretamente com os saduceus e sacerdotes superiores que lá dominavam<sup>156</sup>. Segundo as tradições judaicas, ele deveria ser condenado à pena de morte, mediante apedrejamento<sup>157</sup>. Foi condenado pelo Sinédrio por ser considerado um blasfemo por ter se identificado como “Filho de Deus”<sup>158</sup>. Mas como isso não era suficiente para sua condenação, já que se tratava de um motivo religioso, levaram-no às autoridades romanas sob o pretexto de que ele seria mais um daqueles pretendentes a messias, que apareciam repetidamente na época, embora no direito judaico, a pretensão de ser messias não era um delito que merecesse a morte. Suspeito de ser um perturbador da ordem pública, Jesus foi condenado como um agitador político por representar uma ameaça ao império<sup>159</sup>. Sobre sua cabeça o motivo de sua morte: julgavam que queria ser rei dos judeus<sup>160</sup>.

A forma da execução de Jesus, a cruz, era aplicada somente a escravos e rebeldes, mas nunca a cidadãos romanos. Era considerada a forma mais cruel e vergonhosa com que se poderia executar alguém, o que representou uma verdadeira catástrofe para aqueles que nele acreditavam<sup>161</sup>.

Mas que diferença tem a morte de Cristo da morte de tantas outras pessoas que também viveram uma existência para os outros e até por causas muito justas? O que há de específico na morte de Cristo que a diferencia das demais e que a coloca num grau de importância superior?

---

<sup>155</sup> Cf. SCHNEIDER, T., op. cit., p. 254-255.

<sup>156</sup> Cf. Mc 14, 1 ss.

<sup>157</sup> Cf. At 7,54-60.

<sup>158</sup> Cf. Mc 14, 61.

<sup>159</sup> Cf. Lc 23, 2-5. 13-24.

<sup>160</sup> Cf. Mt 27,37.

<sup>161</sup> Cf. Ibid. p.256.

A Escritura nos diz que “um só morreu por todos, então todos passaram pela morte”<sup>162</sup>, e ainda, que Cristo “provou a morte em favor de todos”<sup>163</sup>. No alto da cruz fez ecoar o grito que brota das profundezas da infelicidade e da dor de toda a humanidade: “Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste!” Grito de quem se identificou em tudo com o sofrimento humano e viveu até o fim a nossa fraqueza. Na iminência da morte sentiu medo e angústia<sup>164</sup>, realidades que sugerem a idéia de um homem tomado por profunda perturbação e solidão<sup>165</sup>, mas que por seu despojamento e entrega total ao Pai renovou e dignificou a humanidade: “Pai, em tuas mãos eu entrego o meu Espírito”<sup>166</sup>.

O valor da morte de Cristo está no fato não somente dele ter se doado “por nós”, mas em ter se doado “em nosso lugar”. Ofereceu-se, gratuitamente, pelo perdão dos pecados de quem já estava condenado. Seu sacrifício pagou definitivamente a nossa culpa. Desse modo, Jesus é identificado como o “servo sofredor” do livro de Isaías, no Antigo Testamento<sup>167</sup>: o justo que é oferecido em expiação pelos pecados do mundo<sup>168</sup>. Jesus morreu por amor a nós, em proveito nosso e em nosso lugar<sup>169</sup>.

Expiação<sup>170</sup> é, antes de tudo, entrega total para salvar a vida de quem já está condenado; sacrifício oferecido por uma situação irreparável, por uma culpa que mereça a morte ou por uma vida irremediavelmente perdida. A expiação consiste na libertação da vida condenada. Na compreensão do Antigo Testamento, um animal oferecido em expiação de uma pessoa substituía a vida daquele em prol de quem se oferecia o sacrifício, era oferecido no lugar da pessoa e pagava pelo crime da mesma. O bode expiatório constituía um exemplo muito conhecido<sup>171</sup>: carregado com os pecados do povo, o bode era solto no deserto, onde morria.

<sup>162</sup> Cf. 2Cor 5,14.

<sup>163</sup> Cf. Hb 2,9.

<sup>164</sup> Cf. Lc 22,44.

<sup>165</sup> Cf. CANTALAMESSA, R. *Nós pregamos Cristo crucificado*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 132.

<sup>166</sup> Lc 23,46.

<sup>167</sup> Cf. Is 52, 13-53,12.

<sup>168</sup> Cf. Rm 6,10; 1 Pd 3,18; Hb 7,27; 9,12; MIRANDA, M.F., op. cit., p. 77.

<sup>169</sup> Cf. RUBIO, G., op. cit., p. 127.

<sup>170</sup> “Teologicamente, compreende os conceitos de expiação do pecado e de reconciliação do homem com Deus. No Antigo Testamento, o termo chave que se refere à expiação é o hebraico *kapper*, que significa “cobrir” “ocultar” o objeto que ofende, removendo assim o obstáculo à reconciliação. No ritual cultural, o termo é usado em sentido técnico para indicar um ato de expiação realizado através da aspersão do sangue da vítima”. No Novo Testamento o termo hebraico encontra várias traduções, com vários significados, entre as quais está *hilasmos*, aplicado a Jesus com o sentido de *reconciliação* (Cf. MACKENZIE, J. L. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulus, 2005, p. 329-330).

<sup>171</sup> Cf. Lv 16,20-26.

Realizava-se assim a expiação substitutiva<sup>172</sup>. Tais sacrifícios eram constantemente denunciados pelos profetas, que convidavam o povo a uma conversão real e sincera.

Segundo a doutrina cristã, Cristo é o Cordeiro imolado oferecido em expiação dos pecados do mundo condenado: “Todos pecaram e estão privados da glória de Deus”<sup>173</sup>; “Todos estão condenados à morte decorrente do pecado”<sup>174</sup>. Cristo é o justo oferecido no lugar dos ímpios: “Aquele que não cometeu pecado, Deus o fez pecado por nós, para que por ele nos tornemos justiça de Deus”<sup>175</sup>.

Se o pecado consiste essencialmente num ato livre, com o qual a vontade do homem desobedece a Deus, então a redenção não poderia configurar-se senão por um retorno à perfeita obediência e à submissão à vontade de Deus. Assim, Jesus aparece como modelo mais sublime de obediência. Assume a obediência em nome de toda a humanidade, e por sua atenção à vontade do Pai, resgata e aniquila a desobediência do primeiro Adão. Sobre isto Paulo nos diz: “Como pela desobediência de um só, muitos se tornaram pecadores, assim também, pela obediência de um só, muitos e tornaram justos”<sup>176</sup>.

Outro ponto importante é que a cruz de Cristo não era a cruz de um homem qualquer, mas a cruz de um homem-Deus, de Deus humanizado, que abraçou livremente o sofrimento, a dor e a morte pela causa da salvação da humanidade. Muitas outras pessoas já haviam morrido crucificadas no tempo de Jesus, inclusive ao seu lado, onde foram colocados dois ladrões<sup>177</sup>. Mas nunca se ouviu dizer que a cruz de algum deles tivesse salvado alguém. Em nenhum lugar da Sagrada Escritura está dito que algum daqueles que morriam diariamente crucificados tivesse salvado alguém. Mas a cruz de Cristo salvou. Não pelo simples fato de ser uma cruz, mas por ser a cruz do próprio Deus, que não se valeu de sua condição, mas esvaziou-se completamente, entregando-se até a morte, em nosso lugar, por nossos pecados<sup>178</sup>. Em Cristo, Deus morreu por nós.

Nisto consiste o valor do seu sacrifício e a possibilidade da expiação das nossas culpas. O Santo dos Santos carregou os nossos pecados sobre a cruz para

<sup>172</sup> Cf. RUBIO, G., op. cit., p. 126.

<sup>173</sup> Cf. Rm 3,23.

<sup>174</sup> Cf. Rm 5,12.

<sup>175</sup> Cf. 2 Cor 5,21; MIRANDA, M. F., op. cit., p. 78.

<sup>176</sup> Cf. Rm 5,19; CANTALAMESSA, R. *O mistério da Páscoa*. Aparecida: Santuário, 2003, p.29-31.

<sup>177</sup> Cf. Mc 15, 27.

<sup>178</sup> Cf. Fl 2, 6-11.

rasgar nosso título de dívida e, então, triunfar sobre os principados e as potestades<sup>179</sup>. Mas esse triunfo foi conseguido com o brado do abandono divino, em meio às trevas<sup>180</sup> “bebendo o cálice” dos nossos sofrimentos e morte<sup>181</sup>.

Por sua morte, Cristo despojou a morte de seu poder<sup>182</sup>. Destruiu pela morte o dominador da morte<sup>183</sup>. Cristo morreu e reviveu para ser o Senhor dos mortos e dos vivos<sup>184</sup>. Ressuscitado dos mortos, Cristo não morre mais: a morte não tem mais domínio sobre ele<sup>185</sup>.

A vinda do Filho de junto do Pai e sua entrada no mundo pecador constituem para Jesus a missão de atestar dentro da humanidade a dependência dessa mesma humanidade ante o Pai, até o fim mais amargo<sup>186</sup>. Cristo consagrou-se inteiramente ao Pai pela sua vida e pela sua morte<sup>187</sup>.

### 3.5

#### A ressurreição de Jesus como sacramento da nova vida

Com a paixão e morte de Jesus, a luz que ia se acendendo na alma dos discípulos não resistiu à prova de seu trágico fim. Uma escuridão os encobriu e aqueles que chegaram a reconhecer Jesus como o enviado de Deus, como aquele que era mais do que todos os profetas, agora não sabiam mais o que pensar. O estado de espírito dos discípulos é nos apresentado por Lucas no episódio dos dois discípulos de Emaús: “Nós esperávamos que ele fosse o Messias, mas já se

<sup>179</sup> Cf. Col 2,14s.

<sup>180</sup> Cf. Mc 15, 33-37.

<sup>181</sup> Cf. FEINER, J.; LOEHER, M., *Mysterium Salutis*. III/6, op. cit., p. 32.

<sup>182</sup> Cf. 2Tm 1,10; 1Cor 15,25s.

<sup>183</sup> Cf. Hb 2,14.

<sup>184</sup> Cf. Rm 14,9.

<sup>185</sup> Cf. Rm 6,9; MACKENZIE, J. L., op. cit., p. 633.

<sup>186</sup> Cf. SCHILLEBEECKX, E., op. cit., p. 35.

<sup>187</sup> Sem dúvida, podemos afirmar que no contexto da paixão a Eucaristia é um elemento que assume grande importância. Trata-se do próprio memorial continuador da paixão do Senhor junto a nós. “Ao instituí-lo, Jesus não se limitou a dizer ‘isto é o meu corpo’, ‘isto é o meu sangue’, mas acrescenta ‘entregue por vós’, derramado por vós (Lc 22, 19-20). Não se limitou a afirmar que o que lhes dava a comer e a beber era o seu corpo e o seu sangue, mas exprimiu também o seu valor sacrificial, tornando sacramentalmente presente o seu sacrifício, que algumas horas depois realizaria na cruz pela salvação de todos”. “Em virtude da sua íntima relação com o sacrifício do Gólgota, a Eucaristia é sacrifício em sentido próprio, e não apenas em sentido genérico como se se tratasse simplesmente de uma oferta de Cristo aos fiéis para seu alimento espiritual” (Cf. JOÃO PAULO II. *Carta Encíclica Ecclesia de Eucharistia*, n. 12. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 17).

passaram três dias que essas coisas aconteceram”<sup>188</sup>. Em outras palavras, o caso Jesus estava considerado encerrado<sup>189</sup>.

A ressurreição de Jesus constitui o artigo mais fundamental da fé cristã, a ponto de São Paulo poder dizer: "Se Cristo não ressuscitou, vã é a nossa pregação; vã também é a vossa fé... e ainda estais nos vossos pecados"<sup>190</sup>. A ressurreição de Jesus ocupa um lugar primordial e indispensável no conjunto das verdades cristãs. Sem ela tudo teria se encerrado com a morte de Cristo na cruz e toda e qualquer perspectiva de continuidade, atualização e celebração do mistério pascal perderia o seu sentido.

A ressurreição é a fé central da Igreja, constitui o nervo, o ponto crucial da nossa fé e da vida de Cristo. É um mistério do qual vive a cada dia: a Igreja afirma que o ressuscitado vive com ela e se faz presente na vida quotidiana, na comunhão fraterna, na vida litúrgica, tanto quanto na primeira experiência pascal<sup>191</sup>. Isto nos é revelado pelos sacramentos. Daí a relevância de abordarmos o tema da ressurreição como elemento constitutivo e fundamental da teologia sacramental.

Nada se afirma a respeito do modo como teria ocorrido a ressurreição. O motivo é simples, trata-se de um acontecimento sem testemunhas. Ninguém estava presente no momento em que Jesus ressuscitou. Da ressurreição só se tem notícias mediante as aparições do próprio Jesus, que é posterior ao evento. O anúncio, portanto, é feito não a partir de testemunhos oculares do evento, mas a partir do encontro dos discípulos com o ressuscitado<sup>192</sup>. A origem e o fundamento da fé na ressurreição encontram-se nas aparições do próprio ressuscitado aos seus discípulos<sup>193</sup>.

Por estas, Deus revela que aquele Jesus, morto, está agora plenamente vivo. Constituem uma experiência de fé da ação reveladora de Deus às suas testemunhas. Entretanto, não é a fé que cria o ressuscitado, mas a revelação de Deus a respeito da sua ressurreição que constitui a origem e o fundamento da fé.

---

<sup>188</sup> Lc 24,21.

<sup>189</sup> Cf. CANTALAMESSA, R., *O mistério da Páscoa...*, p. 50.

<sup>190</sup> 1Cor 15, 14. 17.

<sup>191</sup> Cf. CHARPENTIER, E. *Cristo ressuscitou*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 41.

<sup>192</sup> Cf. CANTALAMESSA, R., *O mistério da Páscoa...*, p. 52.

<sup>193</sup> Cf. RUBIO, G., *op. cit.*, p. 107.

Não se trata de uma invenção brotada da esperança frustrada dos discípulos, mas de um acontecimento concreto, factual<sup>194</sup>.

A ressurreição de Jesus constitui a confirmação da sua vida e exaltação até Deus. Delas brota a percepção de que ele fora confirmado por Deus. Os que o viram reconheceram que aquele que se manifestava era o Jesus terreno que pregava em seu meio. Neste sentido o testemunho seria a confirmação da pregação. Possui uma implicação missionária<sup>195</sup>.

O Evangelho nos diz que o Senhor “ressuscitou verdadeiramente”<sup>196</sup>, quer dizer, de fato, realmente. Sua ressurreição deve ser compreendida como o início da plenitude final, tal como na perspectiva escatológica judaica. Nele estão as primícias da ressurreição dos mortos<sup>197</sup>. Através dela Deus revelou definitivamente a si próprio.

O Novo Testamento enuncia a fé na ressurreição de Jesus a partir de três elementos principais: primeiro, a partir das confissões ou fórmulas de fé<sup>198</sup>; segundo, pelo exemplo das testemunhas que afirmam a realidade da ressurreição e que tiveram um encontro com o ressuscitado; e, por fim, a partir dos relatos evangélicos sobre o ressuscitado<sup>199</sup>.

Entre os principais testemunhos do Novo Testamento encontramos os textos de 1Cor 15, 1-11; Rm 1,3-4; At 2, 23-24. Tais fórmulas provavelmente se desenvolveram em ambiente litúrgico e constituem alguns dos substratos mais

<sup>194</sup> Com este parágrafo, sem entrar no mérito da discussão, queremos apontar para um debate levantado, sobretudo por R. Bultmann e pela corrente protestante liberal, sobre a veracidade do evento da ressurreição. Segundo ele, a ressurreição não passaria de uma visão psicogênica, de alguns sonhos, ou ainda, de uma invenção dos discípulos de Jesus, por causa da frustração de terem perdido o seu mestre, em quem colocaram toda a sua esperança. Esta teoria tem por base a teoria da *demitização*. Segundo Bultmann só é possível chegar ao conhecimento verdadeiro de Cristo retirando os mitos que compõe os evangelhos. Eles seriam modos de pensar e representar o mundo de uma época pré-científica, que concebia o universo formado por planos sobrepostos: o de Deus, o do homem e dos infernos. Segundo ele, essa concepção mítica estaria superada.

A escola de Rudolf Bultmann julga ainda que todo episódio transcendental só pode ser ficção ou mito. Por isto nega a ressurreição corpórea de Jesus. Afirma, sim, que o que ressuscitou foi a Palavra de Deus; esta foi ameaçada de sufocação pelos judeus perseguidores, mas superou as adversidades e propagou-se vitoriosamente pelas regiões do Império Romano. Segundo Bultmann, o que teria ressuscitado não seria propriamente o Cristo, mas a mensagem de Cristo, por meio da pregação apostólica.

<sup>195</sup> Cf. SCHNEIDER, T., op. cit., vol. 1, p. 385.

<sup>196</sup> Lc 24, 34.

<sup>197</sup> Cf. 1Cor 15,20; RUBIO, G., op. cit., p. 110.

<sup>198</sup> Tratam-se de fórmulas nascidas no entusiasmo da comunidade: nascidas espontaneamente ou compostas, são apreendidas e proclamadas, especialmente por ocasião do Batismo ou diante dos tribunais. Formam o núcleo central do Kerygma ou anúncio primitivo (Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 41).

<sup>199</sup> Cf. RUBIO, G., op. cit., p. 104-108.

antigos e ricos das pregações e confissões de fé das comunidades primitivas<sup>200</sup>. Nelas encontramos aquilo em que acreditavam os primeiros cristãos, seu modo de viver e de entender a fé. Sua compreensão a respeito do mistério salvífico de Cristo.

*O que lhes transmiti, foi em primeiro lugar, o que eu tinha recebido: que Cristo morreu por nossos pecados e que ressuscitou ao terceiro dia, cumprindo as mesmas escrituras; que apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, a maioria dos quais ainda vive, enquanto alguns já morreram. Posteriormente apareceu a Tiago e, em seguida, a todos os apóstolos. Em último lugar, apareceu também a mim, que sou como quem nasceu fora do tempo<sup>201</sup>.*

Pela ressurreição Cristo abre um horizonte para além da história. Entende-a, não como um retorno às mesmas condições de existência e vida mortal, mas uma passagem à existência definitiva<sup>202</sup>. Uma realidade que só pode ser apreendida e experimentada mediante a fé<sup>203</sup>.

A Revelação consiste num evento ocorrido na história, mas que só poderá ser plenamente manifestado e compreendido quando esta história estiver terminada. Isto é o que dá à ressurreição de Cristo o caráter de unicidade e decisão: ela é a antecipação do acontecimento do fim dos tempos, que resume a história, e, ao mesmo tempo, por ser antecipação do fim, a revelação definitiva de Deus.

Segundo J. Moltmann a ressurreição de Cristo cumpre, de modo antecipado, a promessa de Deus, sem esgotá-la, e nos projeta para um futuro<sup>204</sup>. Ela não encerra a profecia ao cumpri-la, mas a abre, pois reforça a promessa confirmando-a. A segunda vinda de Cristo não será apenas um desvendar do que já aconteceu de modo oculto, mas o cumprimento final da promessa<sup>205</sup>.

Jesus adotou a crença judaica na ressurreição dos homens e no mundo futuro, tal como se acha expressa nos textos apocalípticos do Antigo Testamento<sup>206</sup>, inclusive na sua linguagem, mas se diferenciou dos mesmos

<sup>200</sup> Cf. RUBIO, G., op. p.104-105.

<sup>201</sup> 1Cor 15, 3-8; Trata-se de uma confissão pré-paulina, recebida por Paulo da comunidade primitiva da Palestina. Constitui um resumo do *Kerygma* pascal (cf. RUBIO, G., op. cit., p. 106).

<sup>202</sup> Cf. CANTALAMESSA, R., *O mistério da Páscoa...*, p. 51.

<sup>203</sup> Cf. SCHNEIDER, T., op. cit., vol.1, p. 258.

<sup>204</sup> Cf. MOLTSMANN, J. *Teologia da Esperança*. São Paulo: Loyola/ Teológica, 2005.

<sup>205</sup> Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 26.

<sup>206</sup> A crença na ressurreição dos mortos é muito antiga, anterior ao cristianismo, podendo ser encontrada já no judaísmo tardio. Surge como uma forma de afirmar uma recompensa para os justos frente ao problema dos sofrimentos. Questionava-se se não existiria uma realidade pós-

quando disse que a ressurreição consiste na vida eterna em comunhão com Deus. Além disso, estabeleceu uma grande diferença quando fez uma identificação entre o “filho do homem” e ele próprio. Jesus também se apropriou de textos dos salmos em que os justos exprimiam a confiança de serem arrancados por Deus às garras da morte<sup>207</sup> e aplicou a si os textos judaicos que falavam da ressurreição<sup>208</sup>.

Verdadeiramente a ressurreição de Jesus foi um evento inovador e surpreendente para os apóstolos. Eles não só não acreditavam como também não compreendiam o que Jesus queria dizer quando falava da sua ressurreição. A expressão “terceiro dia”, utilizada pelos evangelistas para se referir à promessa da ressurreição, constitui menos uma informação cronológica que a certeza de um triunfo final.

Para os apóstolos a ressurreição não evoca a reanimação de um cadáver, mas a passagem definitiva para onde se viverá plenamente com Deus numa existência corporal transfigurada. Se eles o esperavam para o “terceiro dia”, isto significa para o “dia da consolação dos mortos”, no fim dos tempos, o dia em que Deus dará a vida aos mortos, e não o dia depois do amanhã, cronológico.

Na verdade, em nenhum momento os apóstolos esperavam a ressurreição de Jesus como aconteceu e como acreditamos hoje. Não só não aguardavam a ressurreição para o domingo, como também não acreditaram quando viram o Senhor ressuscitado. Isto porque não compreenderam o que Jesus lhes dizia sobre sua própria ressurreição<sup>209</sup>, pois para eles o Messias não podia morrer<sup>210</sup>.

---

morte onde os justos receberiam a recompensa pelas boas obras praticadas, enquanto os maus, os castigos pelas faltas cometidas nesta vida. Desta forma surge no judaísmo, embora de forma ainda não definida, a idéia de uma vida pós-morte, fruto da justiça de Iahweh, que honra o seu povo. Citamos dois textos bíblicos que atestam aquilo que afirmamos: Jó 19, 25-26: “Eu sei que o meu defensor está vivo e que no fim se levantará sobre o pó; depois do meu despertar, levantar-me-á junto dele, e em minha carne verei a Deus”; Dn 12,2: “E muitos que dormem no solo poeirento acordarão, uns para a vida eterna e outros para o opróbio, para o horror eterno”.

<sup>207</sup> Cf. Sl 16.

<sup>208</sup> Todos os crentes do tempo de Jesus esperavam o cumprimento da promessa de Deus. Porém, esta expectativa se diversificava na sua concepção, segundo os diversos grupos e ideologias existentes na época. Alguns acreditavam na ressurreição, outros negavam-na explicitamente. Entre os mais conhecidos, citamos: 1) os saduceus: grupo de radicais conservadores, que tinha como princípio a fidelidade rigorosa à lei de Moisés fixada no Pentateuco. Rejeitavam explicitamente a ressurreição. 2) os fariseus: acreditavam firmemente na ressurreição dos mortos, embora sob duas posições: uns acreditam que a ressurreição aconteceria antes da vinda do messias; outros, após a sua vinda. 3) Os essênios: estes falavam pouco a respeito da ressurreição. Não está claramente atestada nos textos de Qumran. Consideravam-na como a entrada num universo transformado (Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 36).

<sup>209</sup> Cf. Mc 9, 9-10.

<sup>210</sup> Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 97.

Tudo isto nos permite compreender como ficaram desorientados diante da morte de Jesus. Nos permite entender também porque nada esperaram da manhã do domingo (que, no entanto, era o terceiro dia); continuavam aguardando o “verdadeiro terceiro dia” da ressurreição geral do fim dos tempos. Além disso, a esperança que tinham colocado em Jesus desmoronou a partir da sua morte na cruz<sup>211</sup>.

Pela ressurreição Jesus também entrou num novo modo de presença, conhecimento e amor em relação ao seu Pai e à humanidade. Foi constituído o Senhor do mundo inteiro pelo Pai, que através de Cristo estabeleceu o seu Reino sobre o mundo, o qual deve ser transfigurado para e pela nova condição do ressuscitado<sup>212</sup>.

Outro ponto importante e que deve ser considerado, é que a interpretação da vida e morte de Jesus sempre tem como pressuposto o evento da ressurreição. Isto significa dizer que a interpretação do evento salvífico de Cristo é sempre uma leitura pós-pascal; que só é possível compreendê-lo a partir da sua nova condição de ressuscitado<sup>213</sup>.

Do mesmo modo, mas no sentido inverso, também a ressurreição só encontra significado salvífico se em unidade com a vida humana de Jesus Cristo. Está intimamente ligada à sua vida e constitui o ápice da sua missão salvadora. Representa a salvação e a consumação de Jesus, bem como a confirmação divina da sua história terrena. Por meio dela Cristo se manifesta definitivamente como o Filho de Deus e atinge o ápice da sua comunhão com o Pai<sup>214</sup>. A ressurreição é a ação soberana do Pai, pelo Espírito, em relação a Jesus, o Filho<sup>215</sup>, é a consumação da vida e morte de Jesus pelo Pai<sup>216</sup>.

Jesus é o mensageiro escatológico e o portador da salvação de Deus, o Messias, o Filho e Verbo encarnado. Somente a partir da páscoa pode-se dizer que a humanidade de Jesus é a própria auto-comunicação de Deus para dentro da nossa história, que Deus entrou na história para revelar o seu amor redentor. Na ressurreição também é revelado que uma vida a partir de Deus e para os outros

---

<sup>211</sup> Cf. *Ibid.*, p. 39.

<sup>212</sup> Cf. *Ibid.*, p. 89.

<sup>213</sup> Cf. SCHNEIDER, T., *op. cit.*, vol. 1, p. 382.

<sup>214</sup> Cf. *Ibid.*, p. 383.

<sup>215</sup> Cf. Gl 1,1; Rm 1,4; 1 Pd 3, 18; Ef 1, 19ss.

<sup>216</sup> Cf. SCHNEIDER, T., *op. cit.*, p. 383.

tem um sentido indestrutível e que a comunhão de amor com Deus e com os irmãos é o sentido pleno de toda a criação<sup>217</sup>.

Por sua confiança e entrega total ao Pai, Cristo, que por amor já tinha assumido a cruz como sinal da sua doação total por nós, por sua ressurreição também nos dá a nova vida. Jesus viveu numa relação singular de entrega e confiança a Deus Pai por meio de sua vida e morte. “Lançou-se para dentro do Deus incompreensível, que aparentemente o abandonara e morreu dentro dele”<sup>218</sup>. O amor de Deus, porém, não permitiu que a vida de Jesus fosse subjugada pela morte, de tal modo que Jesus foi amparado pela ação ressuscitadora do Pai ao morrer e sua morte não caiu no “nada”, mas foi acolhido na vida eterna de Deus e conservado como pessoa (como ele mesmo) justamente ao receber a vida nova da ressurreição.

Ao ressuscitar Jesus, Deus Pai se mostra a favor de seu Filho, contra todos os que o haviam condenado, e conseqüentemente, na humanidade de Jesus, a favor de todos pelos quais Jesus havia morrido, os pecadores. Deste modo, confirma o anúncio que Jesus fizera, de um Deus amoroso e acolhedor. A ressurreição é, portanto, a ação reveladora e autocomunicadora de Deus<sup>219</sup>.

### 3.6

#### **A ressurreição de Jesus como sacramento da Esperança**

O que aconteceu com Jesus é antes de tudo, um sinal para nós. Para compreendermos o que somos e o sentido da história, seria necessário que pudéssemos nos situar no termo desta história. Ora, o que aconteceu com Jesus é o que Deus havia prometido para o fim dos tempos. Em sua ressurreição, o acontecimento do fim se torna presente diante de nossos olhos. No ressuscitado já podemos contemplar o termo para o qual nos encaminhamos. Nele todo o sentido de nossa existência de homem, pessoal e coletiva, nos é desvendado. A ressurreição se tornou o protótipo daquilo que se realizará em toda a humanidade, o sacramento mais expressivo da esperança da humanidade na vida futura. A ressurreição de Cristo é o sacramento, o sinal eficaz, da nossa passagem, com todo

---

<sup>217</sup> Cf. *Ibid.*, p. 386.

<sup>218</sup> Cf. *Ibid.*, p. 383.

<sup>219</sup> Cf. *Ibid.*, p. 384.

o universo, para a vida de Deus<sup>220</sup>. O que seremos um dia já se acha realizado em Cristo.

*Com efeito, sua ressurreição é uma antecipação da nossa. O que seremos um dia já se acha realizado nele. Após a ressurreição, o cristão pode certamente sofrer com sua morte, mas não pode ficar surpreendido com ela: pois já a viveu em Jesus, 'servo sofredor'; poderá certamente maravilhado de ser introduzido um dia junto de Deus, mas não ficará espantado, pois desde já, em Jesus 'Filho do Homem', 'Deus nos vivificou juntamente com Cristo... com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos céus, em Cristo Jesus'<sup>221</sup>.*

Por sua ressurreição encontramos uma outra face para a morte, não mais a de um fim, como se fosse o ponto final da nossa existência, mas a de um novo nascimento, como uma ponte que nos permite o acesso à nova vida.

Segundo Moltmann, em Jesus ressuscitado *tudo já está feito*. Deus cumpriu sua promessa para ele e para nós. Mas, no entanto, *tudo ainda está por fazer*, no sentido de que aquilo que já está realizado em Jesus deve nos incitar a trabalhar para que a promessa se realize também em nós e o senhorio do crucificado se realize sobre todas as coisas.

Se levarmos a sério a ressurreição de Cristo, nossa esperança será exigência de uma transformação histórica de vida. Os cristãos são as testemunhas de uma promessa que faz surgir o novo na história e que lhes proporciona um futuro possível. A teologia da esperança termina numa teologia de missão na Igreja<sup>222</sup>.

Ora, se Jesus viveu inteiramente ligado a Deus e para os outros, sua ressurreição também só pode ser compreendida sob este olhar, isto é, a partir da sua dupla relação com Deus e conosco. Não se trata de uma consumação para si mesmo, mas uma concretização da sua vida para "o outro" e só pode ser compreendida sob este duplo aspecto da sua exaltação para a plena imediatez com Deus e unidade permanente com ele (relação com o Pai) e exaltação para a posição permanente de mediador da salvação (relação com a humanidade). O humilhado se tornou Senhor<sup>223</sup>.

Enquanto exaltação para junto de Deus, entendemos a sua glorificação, o Senhorio que Deus lhe concedeu, após a sua ascensão. A ressurreição e a

<sup>220</sup> Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 102.

<sup>221</sup> Cf. Ibid., p. 91; Ef 2, 5-6.

<sup>222</sup> Cf. CHARPENTIER, E., op. cit., p. 93.

<sup>223</sup> Cf. SCHNEIDER, T., op. cit., p. 387.

exaltação são a entrada também da humanidade de Jesus Cristo na glória do Pai, que o Filho eterno já possuía antes da criação do mundo<sup>224</sup>. O Novo Testamento se serve de várias expressões para falar sobre isto: entronização do Filho de Deus no reino celeste; a imagem do Filho sentado à direita do Pai; ascensão de Jesus aos céus. Trata-se de um relacionamento de extrema unidade e simultânea diferença. Foi exaltado como consequência material da encarnação e humilhação de Deus até a morte.

Mas a ressurreição também é a exaltação do Filho para a posição de mediador. Jesus não viveu para si, mas para os outros e seu senhorio leva também e permanentemente a marca do seu amor auto esvaziador. Ele não se eleva triunfalmente sobre seus torturadores, mas permanece o humilde, que abre mão de toda demonstração de força e ocupa o último lugar para servir a todos. Deste modo, Jesus assumiu definitivamente o lugar de único mediador da salvação<sup>225</sup> e está permanentemente ativo em termos soteriológicos, mesmo depois da sua ascensão aos céus.

*Ele permanece para sempre o que foi outrora: aquele que nos prepara um lugar junto de Deus (Jo 14,2) e a auto promessa ou auto comunicação de Deus a nós em pessoa, o sacramento pessoal em que Deus nos entende a si mesmo e convida. Assim, o Cristo exaltado continua sendo a proposta de relação que Deus nos faz, a mão estendida de Deus<sup>226</sup>.*

Da ressurreição brotam ainda algumas implicações teológicas, entre as quais: corroborar e autenticar a pregação de Jesus, pois só Deus pode ressuscitar um morto; colocar sua chancela sobre a missão de Cristo; torná-lo penhor da nossa própria ressurreição, pois há continuidade entre a sorte de Cristo e a nossa própria sorte; condição para que o Espírito Santo fosse enviado aos homens como arrematador da obra de Cristo; é o Espírito Santo quem congrega todos os povos no Corpo de Cristo que é a Igreja, a fim de que recebam de Cristo as graças necessárias para chegarem à vida eterna.

Esta temática da perpetuação da salvação, pela ação do Espírito, na vida dos fiéis, constitui exatamente o centro da nossa pesquisa, ao qual dedicamos toda a segunda parte do nosso trabalho.

---

<sup>224</sup> Cf. Jo 17,5.

<sup>225</sup> Cf. 1Tm 2,5.

<sup>226</sup> Cf. SCHNEIDER, T., op. cit., p. 387.